

Cadernos de Finanças Solidárias

# Finanças Solidárias



Núcleo de Apoio às Atividades de Cultura e Extensão  
em Economia Solidária da Universidade de São Paulo  
(NACE/NESOL-USP)

# Sumário

Apresentação	5
<hr/>	
<b>I. Economia Solidária e Finanças Solidárias</b>	<b>7</b>
1. A Economia Solidária.....	8
1.1 deFinição de economia Solidária.....	8
1.2 aspectos históricos.....	9
1.3 OrGanização.....	10
2. Os movimentos sociais e as Finanças Solidárias.....	13
2.1 Fundos Solidários.....	14
2.2 Cooperativismo de Crédito Solidário.....	16
2.3 CluBes de trocas.....	20
2.4 Bancos Comunitários de desenvolvimento.....	22
3. A complementariedade das experiências de Finanças Solidárias .....	25
3.1 Complementariedade das experiências .....	25
3.2 Finanças Solidárias e microcrédito.....	26
<hr/>	
<b>II. As experiências de Finanças Solidárias hoje</b>	<b>28</b>
1. Definindo as Finanças Solidárias .....	28
2. As experiências de Finanças Solidárias hoje .....	30
2.1 Bancos Comunitários de desenvolvimento.....	30
2.2 Cooperativas de Crédito Solidário.....	32
2.3 Fundos Solidários.....	35
2.4 Mapa das Finanças Solidárias no Brasil.....	38
<hr/>	
<b>III. As formas de organização das Finanças Solidárias</b>	<b>42</b>
1. Redes .....	42
1.1 rede Brasileira de Bancos Comunitários.....	42
1.2 Comitê Gestor de Fundos Solidários um trabalho em rede .....	43
1.3 Sistemas: a articulação do cooperativismo de crédito.....	44
2. Comitê Temático de Finanças Solidárias .....	46
2.1 Comitê temático de Crédito e Finanças Solidárias.....	47
3. Um processo em construção: por um Sistema de Finanças Solidárias ....	49
<hr/>	
Referências Bibliográficas.....	51

# 3. A complementariedade das experiências de Finanças Solidárias

## 3.1 Complementariedade das experiências

A união dos segmentos e experiências de Finanças Solidárias tem se fortalecido nos últimos anos. Alguns momentos foram fundamentais na articulação dessas diversas experiências. Em 2001, durante o Fórum Social Mundial, momento central da articulação em torno da Economia Solidária, também houve um marco no reconhecimento de diversos grupos que pensavam e praticavam novas formas de se pensar as finanças. Com a criação da Senaes e do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, em 2003, a ação em torno das Finanças Solidárias foi entendida como uma das bandeiras de ação do Movimento de Economia Solidária. Se na I Conferência Nacional de Economia Solidária (2004) as propostas das finanças giravam em torno apenas de financiamento, na IV Plenária

*São, portanto, muitos os movimentos que, nos últimos quinze anos, apontaram para uma articulação das diversas expressões das Finanças Solidárias no Brasil*

Nacional do Fórum Brasileiro, em 2006, já se apontava a necessidade de construção de um Sistema de Finanças Solidárias. Um ano depois haveria o Seminário Nacional de Fundos Solidários, que reuniu Bancos Comunitários e Cooperativas de Crédito Solidário, com a participação de trezentas pessoas. Em 2008 surge o projeto de lei da Economia Solidária, que discute também um Sistema de Finanças Solidárias. Já em 2010 a Senaes abre o edital de Finanças Solidárias para Bancos Comunitários de Desenvolvimento e Fundos Solidários, e três anos mais tarde lança novo edital de Finanças Solidárias, com a inclusão das Cooperativas de Crédito Solidário e uma proposta de integração dos segmentos de Finanças Solidárias a partir de intercâmbios e reuniões do Comitê Temático de Finanças Solidárias. São, portanto, muitos os movimentos que, nos últimos quinze anos, apontaram para uma articulação das diversas expressões das Finanças Solidárias no Brasil. Essa articulação crescente dos segmentos tem seu fundamento na própria partilha de seus princípios, os da Economia Solidária. Isso faz com que trabalhos de dimensões tão distintas possam convergir em relação aos objetivos que se colocam.

Para a Economia Solidária as Finanças Solidárias têm uma dupla importância: ao mesmo tempo em que insere o debate do financiamento dos Empreendimentos Econômicos Solidários, também se configura como a forma solidária de trabalhar os serviços financeiros. As iniciativas expandem a discussão do crédito, não se reduzindo ao problema do seu acesso (e também não o negando), mas também se colocando como uma das “metodologias de empoderamento financeiro da, com e para a Economia Solidária” (Camp, 2015).

Lidando com universos tão distintos como a zona rural e urbana, centro e periferia, estados e municípios tão diversos, territórios com suas histórias e particularidades, são necessárias muitas formas de tratar com o universo das finanças. É nesse sentido que enxergamos que as ações dos segmentos e experiências de Finanças Solidárias não se configuram como um todo homogêneo, mas em uma multiplicidade complementar. Se as Cooperativas de Crédito Solidário e os Fundos Solidários têm uma predominância na área rural, os Bancos Comunitários possuem uma expertise no trabalho urbano, que requer desafios e ações específicas. É fundamental reconhecer as diferentes lógicas de trabalho com as finanças, com diferentes abrangências e objetivos específicos.

Entender que se trata de práticas complementares nos leva também a apontar que são práticas que precisam de aprendizados mútuos. Cooperativas de Crédito Solidário têm muito a ensinar aos bancos e fundos. Fundos Solidários têm muito a ensinar a cooperativas de crédito e Bancos Comunitários, e assim por diante. A perspectiva da complementariedade nos coloca em uma posição de implicação mútua, onde a integração não pode significar a homogeneização das

ações, mas a construção de ações que permitam trabalhar com o universo das finanças de modo que contemplem as necessidades tão diversas que os territórios nos colocam.

## 3.2 Finanças Solidárias e microcrédito

Podemos encontrar experiências inspiradoras no campo do microcrédito, como ações do professor Muhammad Yunus – que em vista da situação de pobreza em Bangladesh propôs pequenos empréstimos a empreendedoras, criando o Banco Grameen, em 1976 –, e outras tantas que poderíamos elencar. Porém, a partir de tantas questões podemos perceber o quanto as Finanças Solidárias se distanciam do microcrédito tradicional, que, embora também trabalhe com concessão de crédito, por vezes acaba seguindo caminhos opostos aos das Finanças Solidárias. .

As ações realizadas pelas iniciativas de Finanças Solidárias abrem caminhos para a experimentação de valores antagônicos aos pregados pela sociedade atual: em vez da competição, a afirmação do trabalho associado; do individualismo do empreendimento à decisão coletiva. Nesse sentido, não são as ferramentas financeiras que produzem as transformações, mas a forma de seu uso que refaz o sentido da economia como o modo de organização da vida e não como um sistema natural de competição por recursos, consumidores, nichos de mercado e maximização dos lucros.

Essas considerações são importantes quando estabelecemos diálogo com o campo das microfinanças. Para alguns autores, como Kraychete (2005) e Bateman (2007), o

incentivo a iniciativas de microcrédito é parte do discurso neoliberal que desloca a noção de pobreza de um viés político para uma orientação de caráter individualizante atrelada ao discurso do empreendedorismo. Nos anos 1980, o Banco Mundial propôs e investiu em ações voltadas ao oferecimento de crédito para a população pobre, fortalecendo a ideia de que a pobreza poderia ser superada a partir, principalmente, do incentivo à capacidade empreendedora dessa parcela da população (Kraychete, 2005). Foram feitos grandes investimentos em instituições para a oferta de serviços microfinanceiros em países pobres e criou-se uma verdadeira indústria do microcrédito com instituições internacionais que atuam em diversos países seguindo a lógica globalizante das empresas transnacionais: instituições sem enraizamento local e comunidades consideradas nichos de mercado a serem atingidos.

Embora possamos dizer que grande parte das Finanças Solidárias utilizam as mesmas ferramentas microfinanceiras, o sentido da ação parece seguir caminhos muito diferentes do microcrédito tradicional. O objetivo das experiências de Finanças Solidárias é fortalecer práticas coletivas e sustentar dinâmicas econômicas que visam garantir a produção, em sentido amplo, da vida. Ou seja, as suas ações assumem um sentido em busca de mudanças, não só pela maneira que concedem créditos, por exemplo, como também no desenvolvimento de projetos que articulam formação profissional, estímulo à formação de empreendimentos produtivos coletivos e à formação de redes locais de produção e consumo, criando um horizonte comum no desenvolvimento econômico e social daquele território. Há, portanto, a dimensão econômica articulada às dimensões social e política.



*Conferência Temática de Economia e Democracia, São Paulo-SP, 2014*

*Foto: José Cícero da Silva*

## II. As experiências de Finanças Solidárias hoje

28

### 1. Definindo as Finanças Solidárias

Podemos, a partir dessas diversas aproximações, apontar que as Finanças Solidárias são o conjunto de serviços e produtos financeiros e pedagógicos que fomenta e contribui para o crescimento e a consolidação da Economia Solidária. Ele está a serviço da Economia Solidária, seus empreendimentos, suas organizações, seus trabalhadores, mobilizando, organizando e fornecendo os recursos financeiros necessários para que ela exista e prospere, de modo a democratizar o acesso a esses recursos, tornando-os instrumento das necessidades coletivas. Ele ainda propõe a rearticulação das ferramentas financeiras às noções de desenvolvimento, território, produção e organização comunitária, não possuindo finalidade especulativa nem separação entre donos e usuários de capital. É importante nos aprofundarmos em dois aspectos que envolvem as expressões das Finanças Solidárias e que são facilmente percebidos em qualquer uma delas: o seu caráter pedagógico e a sua relação umbilical com o território.

Primeiramente, podemos perceber que as experiências de Finanças Solidárias são pedagógicas, de modo que seus participantes se envolvem em um conjunto de processos educativos que podem transformá-los, proporcionando ainda aprendizados a respeito do mundo das finanças e de como podemos transformar esse mundo, de lógica tão perversa, para uma lógica solidária e autogestionária. Entendemos que é formativo

participar de uma experiência de Fundos Solidários, Cooperativa de Crédito Solidário, Banco Comunitário, porque participar dessas experiências necessita da implicação dos sujeitos nela envolvidos, não se tratando apenas de um serviço. Há ainda outra dimensão pedagógica nas experiências de Finanças Solidárias, que é a apropriação das ferramentas financeiras, um processo educativo que mostra às pessoas as implicações do sistema econômico em seu cotidiano. Assim, a proposta de uma educação financeira nas Finanças Solidárias se relaciona com se propor a olhar criticamente o mundo financeiro e estabelecer relações diretas entre ele e as nossas relações econômicas cotidianas, de modo a nos ajudar a entender a maneira de funcionamento do sistema econômico e também que alternativas as Finanças Solidárias podem dar a essas questões.

As Finanças Solidárias também possuem um vínculo especial com o território, um lugar privilegiado para a articulação da Economia Solidária, não apenas na oferta de serviços, mas também na mobilização de empreendimentos, espaços de debate e ação conjunta. As práticas de Finanças Solidárias estão implicadas e permeadas das relações econômicas de

determinado território, por isso fazem parte do trabalho dessas experiências não apenas a compreensão das relações econômicas que se dão no território, mas a potencialização de ações econômicas solidárias, fortalecendo a construção de outro desenvolvimento. Dentro dos territórios as Finanças Solidárias também podem ser entendidas como uma maneira de apropriação contra-hegemônica das finanças, com instrumentos vinculados às dinâmicas locais e suas relações sociais, que buscam potencializar os recursos e riquezas presentes. Essa apropriação diferenciada produz o que Milton Santos chamou de 'lugar' e que nós temos chamado de território. Há então uma espécie de coexistência de territórios, sendo uns dominados pelos sistemas técnicos mais desenvolvidos e outros menos submetidos a tais totalizações. Estabelece-se uma tensão entre a lógica verticalizada das finanças e a lógica de apropriação territorial (Santos, 2001). O nome já anuncia essa tensão: "finanças", que indica uma instituição caracterizada pela centralização, e "solidárias", indicando o processo de apropriação autogestionado e, portanto, horizontal. As Finanças Solidárias se encontram nessa luta contra-hegemônica dentro dos territórios.

# 2. As experiências de Finanças Solidárias hoje

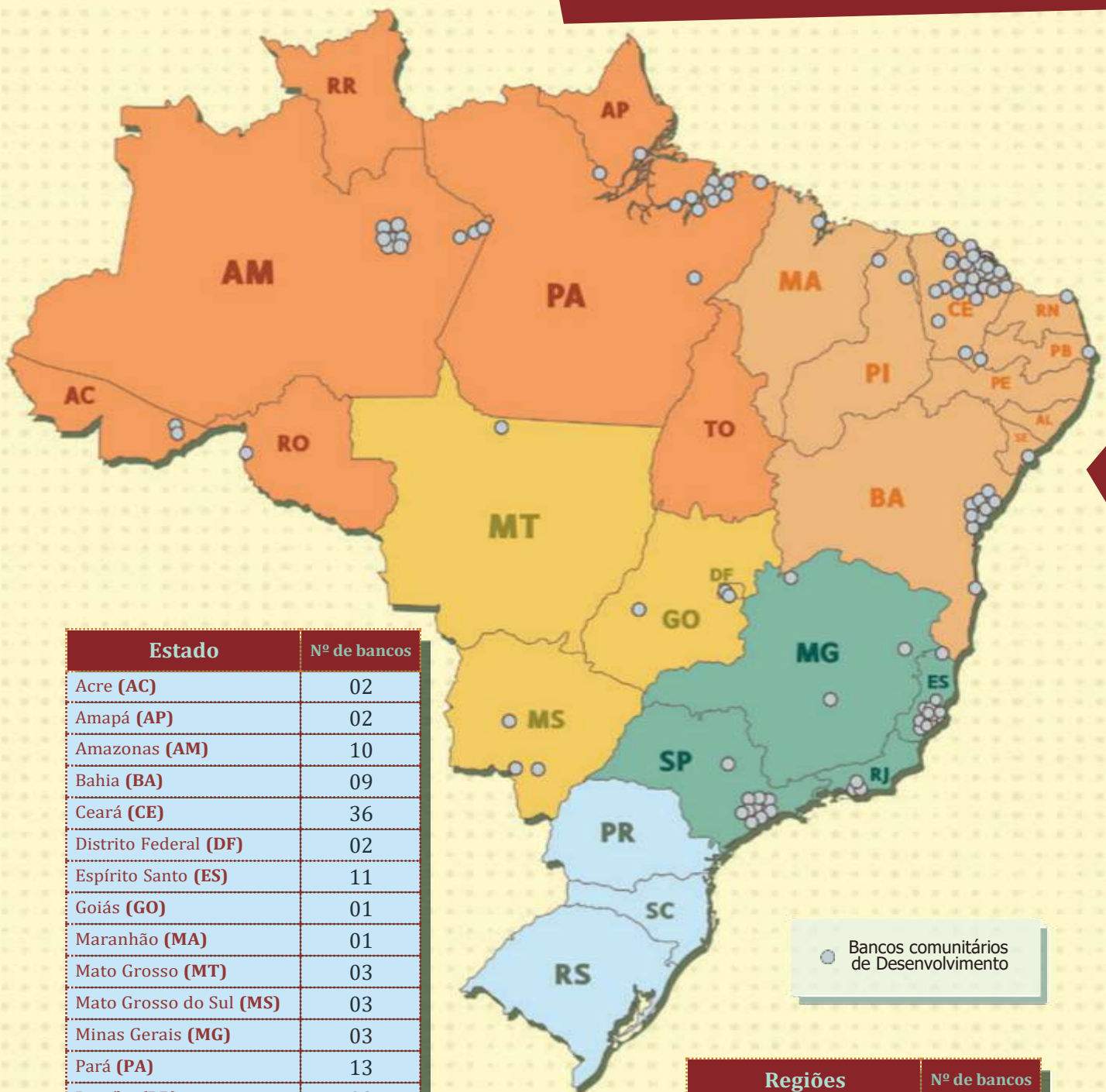
## 2.1 Bancos Comunitários de desenvolvimento

Os Bancos Comunitários apoiam empreendimentos locais em suas estratégias, seja a partir do financiamento às suas atividades, seja na construção de redes locais de consumo e comercialização. Nesse sentido é papel dos Bancos Comunitários o estímulo a redes de consumo e a produção a partir dos créditos de consumo (em moeda social) e produtivo (em reais). É claro que o trabalho dos Bancos Comunitários não se restringe à oferta de crédito, ele é um articulador de ações no território, podendo ser um correspondente bancário, ofertar microsseguros, articular um fórum de desenvolvimento comunitário onde atores da comunidade possam se encontrar e discutir questões a respeito do desenvolvimento da comunidade.

Os Bancos Comunitários de Desenvolvimento geralmente não trabalham apenas com o microcrédito produtivo, mas também com outras modalidades, como o crédito para consumo e para habitação. A própria natureza dos BCDs exige que eles sejam construídos e geridos de forma integrada à comunidade, pois suas estratégias de atuação são pouco convencionais e dependem fortemente da aderência das pessoas. As moedas sociais, por exemplo, só funcionam como um meio de troca se produtores e consumidores perceberem-na como tal e confiarem no seu lastro em real. A metodologia de avaliação solidária de crédito também só é eficiente se a comunidade, de fato, entendê-la como séria e importante. Isso significa que essas experiências não se limitam ao universo tradicional da Economia Solidária, seus critérios independem do reconhecimento das pessoas e empreendimentos enquanto pertencentes à Economia Solidária. O que importa é a articulação das pessoas em determinado território. Muitas vezes o próprio Banco Comunitário acaba sendo o vetor de divulgação da Economia Solidária na comunidade.



# Bancos comunitários de Desenvolvimento



31

Estado	Nº de bancos
Acre (AC)	02
Amapá (AP)	02
Amazonas (AM)	10
Bahia (BA)	09
Ceará (CE)	36
Distrito Federal (DF)	02
Espírito Santo (ES)	11
Goiás (GO)	01
Maranhão (MA)	01
Mato Grosso (MT)	03
Mato Grosso do Sul (MS)	03
Minas Gerais (MG)	03
Pará (PA)	13
Paraíba (PB)	02
Piauí (PI)	02
Rio de Janeiro (RJ)	03
Rio Grande do Norte (RN)	01
Roraima (RR)	01
São Paulo (SP)	09
Sergipe (SE)	01
<b>Total de Bancos</b>	<b>115</b>

Regiões	Nº de bancos
Norte	28
Nordeste	52
Centro-Oeste	07
Sudeste	26
Distrito Federal	02

É notável a forte presença das mulheres nas experiências de Bancos Comunitários. É sabido que a divisão das tarefas domésticas em nossa sociedade ainda pesa de forma desigual sobre as mulheres, e isso ajuda a explicar o porquê de elas serem o público principal dos Bancos Comunitários. Os créditos de consumo e habitação ajudam na gestão cotidiana das necessidades domésticas. Mas isso é só parte da questão, pois muitas vezes as mulheres possuem uma dupla jornada de trabalho e, por isso, buscam atividades mais flexíveis, que possam ser realizadas na própria comunidade, de modo a conciliar a atividade econômica com as demandas do lar. Essas mulheres frequentemente possuem ou querem abrir um empreendimento, e o crédito produtivo fortalece essas iniciativas.

No campo das Finanças Solidárias, os Bancos Comunitários de Desenvolvimento são os que possuem maior presença nos centros urbanos. As estratégias utilizadas pelos bancos e a sua constante limitação de recursos impedem que eles atuem sobre territórios muito amplos, ao mesmo tempo em que tornam bastante potencial o trabalho em comunidades densamente povoadas. Os reflexos disso são que os maiores Bancos Comunitários atualmente situam-se em capitais estaduais (Vitória, Fortaleza, São Paulo) e as principais atividades financiadas pelos BCDs são a produção e o comércio.

É possível concluir que os Bancos Comunitários de Desenvolvimento acabam sendo muito mais do que simples instituições de microcrédito, onde estão presentes agem como importantes vetores de articulação da comunidade e do território, fomentam e divulgam a Economia Solidária, além de fortalecerem o empoderamento da mulher na busca da sua autonomia.

## 2.2. Cooperativas de Crédito Solidário

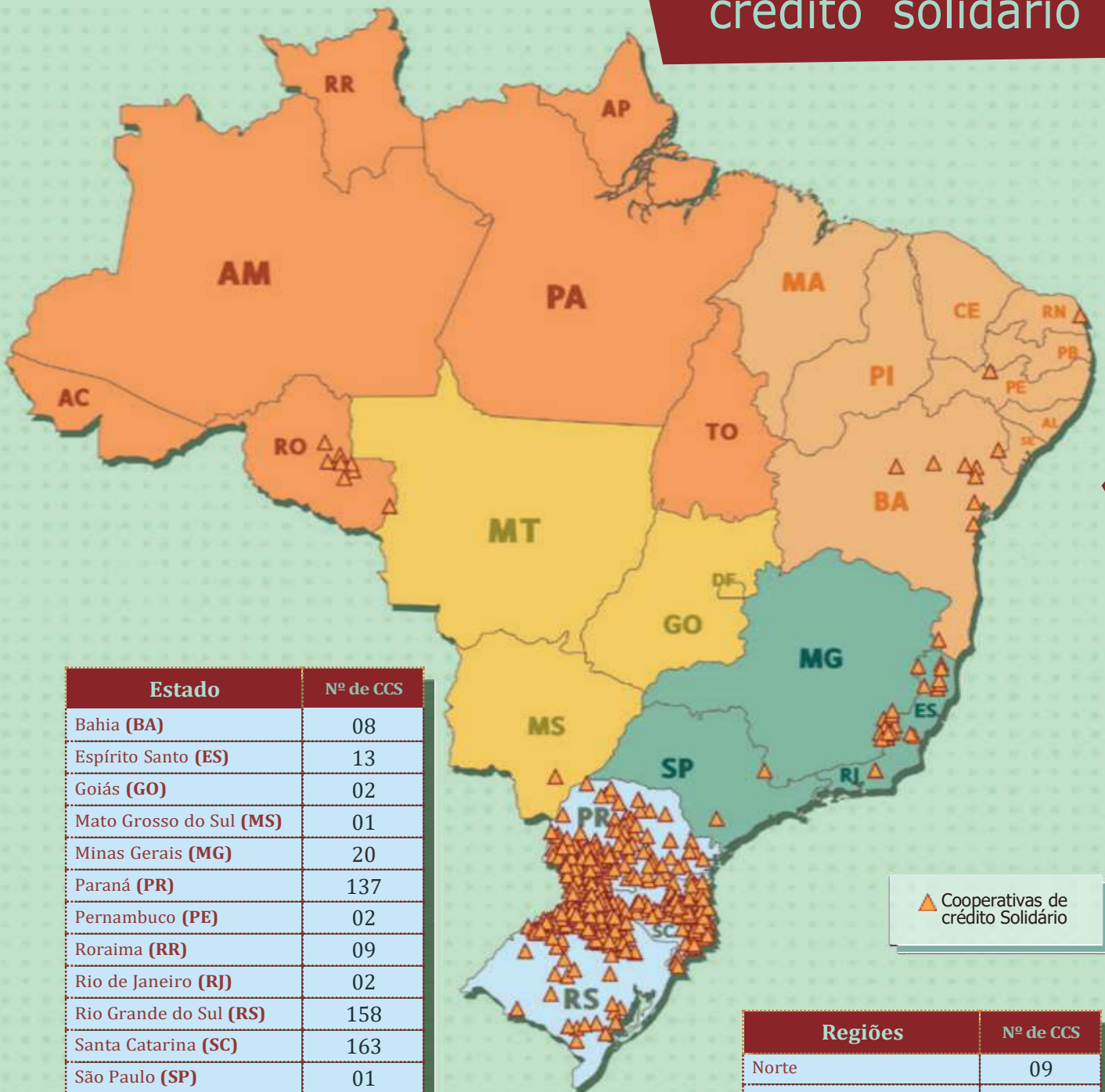
As cooperativas de crédito se diferem de outras instituições financeiras porque devem se nortear pelos princípios do cooperativismo e, dessa maneira, possuem uma democracia interna, de forma que gestores e clientes são donos da cooperativa e não têm o objetivo de maximização de lucros, mas sim o de trazer benefícios aos seus cooperados. As cooperativas de crédito, diferentemente dos Bancos Comunitários, são autorizadas pelo Banco Central a captar poupança. A diferença entre as cooperativas de crédito convencionais e as Cooperativas de Crédito Solidário está, de acordo com Abramovay<sup>12</sup>, no objetivo das Cooperativas de Crédito Solidário de fomentar um desenvolvimento local sustentável. Essas cooperativas podem ser entendidas, como apontam Magri & Côrrea, como ferramenta estratégica na “democratização do acesso ao crédito e superação da pobreza, mobilizando e representando milhares de pessoas que historicamente estiveram excluídos de políticas públicas de promoção ao desenvolvimento humano e da cidadania<sup>13</sup>”.

As Cooperativas de Crédito Solidário são cooperativas que ofertam serviços financeiros e bancários a seus associados. Aqui, o princípio da associação e da autogestão se realiza tanto na participação dos espaços coletivos de decisão como na não diferenciação entre o papel do dono dos recursos financeiro e o usuário, ou seja, os associados aportam seus recursos via poupança, são os gestores do recurso e ao mesmo tempo o cliente que vai acessá-lo em

<sup>12</sup> Ver ABRAMOVAY, R (org.). *Laços financeiros na luta contra a pobreza*. São Paulo: Ed. FAPESP/Annablume, 2004

<sup>13</sup> *Cooperativismo de Crédito Familiar e Solidário: instrumento de desenvolvimento e erradicação da pobreza*. p.13-21. Cledir A. Magri & Ciro Eduardo Corrêa (organizadores) – Passo Fundo: IFIBE, 2012.

# Cooperativas de crédito solidário



33

Estado	Nº de CCS
Bahia (BA)	08
Espírito Santo (ES)	13
Goiás (GO)	02
Mato Grosso do Sul (MS)	01
Minas Gerais (MG)	20
Paraná (PR)	137
Pernambuco (PE)	02
Roraima (RR)	09
Rio de Janeiro (RJ)	02
Rio Grande do Sul (RS)	158
Santa Catarina (SC)	163
São Paulo (SP)	01
Sergipe (SE)	01
<b>Total de Cooperativas</b>	<b>517</b>

▲ Cooperativas de crédito Solidário

Regiões	Nº de CCS
Norte	09
Nordeste	11
Centro-Oeste	03
Sudeste	36
Distrito Federal	458



*Bioconstrução em propriedade rural, Cresol Central SC-RS*

Foto: Vilceo Sehnem

forma de crédito. Entretanto, o papel dessas iniciativas no desenvolvimento e na inclusão social de seus associados vai muito além da oferta de crédito conforme sua definição: São “(...) uma forma autogestionária para viabilizar o acesso ao sistema de microfinanças a fim de fomentar a produção, principalmente àqueles excluídos/as do sistema financeiro”<sup>14</sup>.

As cooperativas possuem uma forte ligação com a democratização de crédito junto aos trabalhadores da agricultura familiar, de forma a vincular a oferta de crédito à produção de um desenvolvimento integrado às dinâmicas locais. Dessa maneira, constitui-se como um importante ator no fortalecimento dessas dinâmicas ao territorializar os recursos locais por meio da captação das poupanças e seu reinvestimento no território onde estão os seus associados. Além disso, as Cooperativas de Crédito Solidário são iniciativas sustentadas pelos vínculos entre os associados, compreendendo seus processos como a produção de relações entre os que dela

participam. Fica evidente que as Cooperativas de Crédito Solidário se diferem das cooperativas de crédito tradicionais, trazendo para este campo os princípios da Economia Solidária.

Para garantir esses princípios as Cooperativas de Crédito Solidário possuem uma forma diferenciada de organização do sistema em relação às cooperativas de crédito tradicionais. As cooperativas tradicionais se organizam de forma verticalizada e possuem a lógica da centralização, que visa o ganho de escala e a diminuição dos custos; esse modo de proceder prioriza a criação de cooperativas regionais que tenham um grande número de pontos de atendimento, diminuindo a sinergia com os territórios onde atuam e se distanciando de seus associados. Já nas Cooperativas de Crédito Solidário, como possuem a horizontalidade como princípio de atuação, priorizam cooperativas menores, mantendo relações de proximidade com os associados a partir da atuação por meio de bases de serviços (Búrigo 2011).

<sup>14</sup> Políticas de Formação do Sistema Central SC/RS: documento de referência, p. 10.

## 2.3. Fundos Solidários

Os Fundos Solidários são “(...) processos de gestão coletiva de recursos, voltados para a sustentabilidade local e territorial e para a mobilização social, constituem-se como espaços geradores de riquezas e saberes. Cumprem importante papel de Escola de libertação e Espaço de resistências, em que está sendo gestado outro modelo de desenvolvimento, provocando a ampliação da democracia para o nível da participação efetiva”<sup>15</sup>. Sua história não tem uma datação precisa, mas passou a ter maior expressão no Brasil a partir da década de 1980, na articulação dos movimentos sociais e também nos trabalhos comunitários das igrejas<sup>16</sup>.

Há dois tipos de fundos: os fundos de fomento e os Fundos Rotativos Solidários. Os fundos de fomento repassam recursos para fomentar projetos e iniciativas de Finanças Solidárias e não são reembolsáveis. Já nos Fundos Rotativos Solidários o recurso é captado entre os próprios participantes do fundo em uma espécie de poupança coletiva. A partir de então passa a ser investido junto aos próprios participantes, sendo devolvido ao fundo depois de algum tempo para que possa ser novamente emprestado.

Nesse sentido os Fundos Solidários “(...) representam uma atividade econômica que se realiza coletivamente, cuja gestão das atividades e dos resultados é exercida coletivamente pelos associados e cujo próprio fundo tende a ser propriedade coletiva dos associados”<sup>17</sup>.

Entre 2010 e 2013 a Cáritas brasileira foi responsável por coordenar um projeto nacional de mapeamento dos Fundos Solidários. O mapeamento foi realizado em parceria com entidades regionais e permitiu, pela primeira vez, uma visão integrada da atuação dos Fundos Solidários no Brasil.

A região Nordeste figura como a mais expressiva em termos de experiências. A maioria dos fundos é encontrada na região e, dado que os fundos geralmente possuem uma abrangência restrita, faz sentido que a maioria dos empreendimentos apoiados e das pessoas a eles vinculadas também se encontre na região Nordeste.

A abrangência da maioria dos fundos restringe-se a uma ou mais comunidades, estejam elas em um mesmo município ou em um conjunto deles. Esse caráter da atuação dos fundos converge com o princípio de proximidade da relação com os participantes, o que permite que as experiências sejam construídas de forma colaborativa.

<sup>15</sup> Veja em [http://caritas.org.br/wp-content/files\\_mf/1383061597Cartilhawebfundos\\_solidarios.pdf](http://caritas.org.br/wp-content/files_mf/1383061597Cartilhawebfundos_solidarios.pdf)

<sup>16</sup> Fundos solidários: por uma política de emancipação produtiva dos movimentos sociais, Fundação Grupo Esquel.

<sup>17</sup> Fundos solidários: por uma política de emancipação produtiva dos movimentos sociais, Caderno 2, p. 26, Fundação Grupo Esquel.



1º Intercâmbio Regional de Fundos Solidários do Projeto, Goiânia/GO, maio de 2015 Foto: Acervo Centro de Estudos e Assessoria

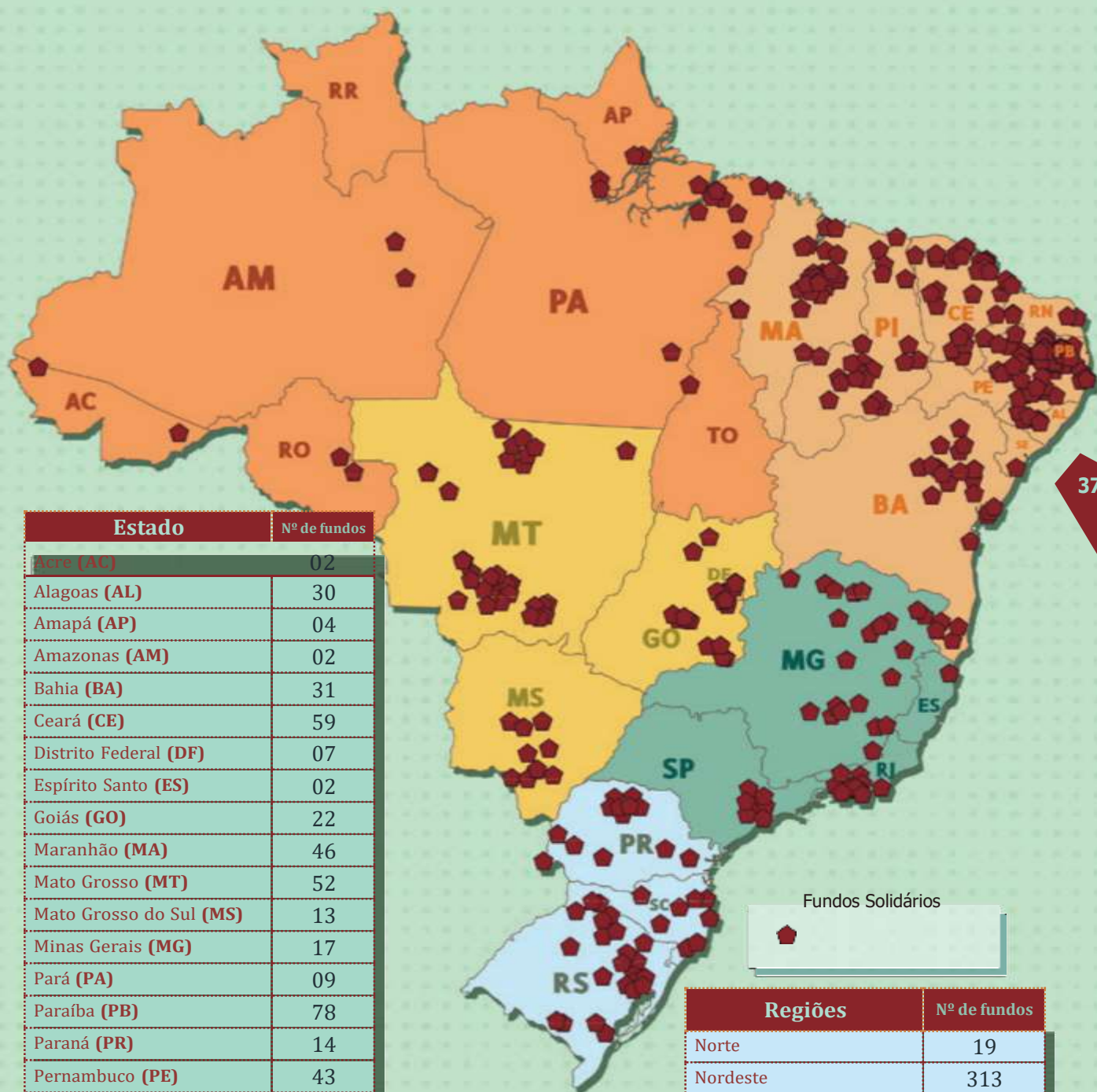
As principais atividades exercidas pelos membros dos Fundos Solidários são a agricultura familiar e o artesanato, duas ações reconhecidamente populares dentro da Economia Solidária. As características inerentes a essas duas atividades explicam o porquê de a maioria dos empreendimentos vinculados aos fundos ser individual ou familiar. Explica também o significativo número de fundos que trabalham com formas alternativas de devolução, por exemplo, sementes e animais.

Muitos dos Fundos Solidários recebem financiamento público, através do governo federal, dos governos estaduais ou das empresas estatais. Esses financiamentos podem ser vistos como estratégicos para a integração e consequente maior eficiência das políticas públicas, dado que grande parte dos participantes dos fundos é beneficiada também por outras importantes políticas públicas de

geração de renda e combate à miséria e à fome. Dentre elas, podem ser destacadas Bolsa Família, Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae).

O mapeamento deixou claro que os Fundos Solidários são uma importante ferramenta para o fortalecimento dos empreendimentos de Economia Solidária. Apesar de suas particularidades, é possível dizer que os participantes dessas experiências não diferem grandemente dos participantes das outras experiências de Finanças Solidárias. As particularidades de cada experiência acabam sendo justamente o que as torna complementares em vez de competitivas, enriquecendo o campo das Finanças Solidárias.

# Fundos Solidários



37

Estado	Nº de fundos
Acre (AC)	02
Alagoas (AL)	30
Amapá (AP)	04
Amazonas (AM)	02
Bahia (BA)	31
Ceará (CE)	59
Distrito Federal (DF)	07
Espírito Santo (ES)	02
Goiás (GO)	22
Maranhão (MA)	46
Mato Grosso (MT)	52
Mato Grosso do Sul (MS)	13
Minas Gerais (MG)	17
Pará (PA)	09
Paraíba (PB)	78
Paraná (PR)	14
Pernambuco (PE)	43
Piauí (PI)	22
Rio de Janeiro (RJ)	20
Rio Grande do Norte (RN)	03
Rio Grande do Sul (RS)	26
Roraima (RR)	02
Santa Catarina (SC)	11
São Paulo (SP)	07
Sergipe (SE)	01
<b>Total de Fundos</b>	<b>523</b>

Regiões	Nº de fundos
Norte	19
Nordeste	313
Centro-Oeste	87
Sudeste	46
Sul	51
Distrito Federal	07